

Menos lucro nas cadernetas. E uma ajuda a quem tem dívidas.

Celso Ming

Não há como negar: todo o déficit do Tesouro é uma conta que acabará sendo paga pelos brasileiros. E o expurgo de todos os índices de correção de valores é uma maneira de distribuir as contas, porque equivale a corte de renda.

Como o expurgo será generalizado, não serão apenas os assalariados que terão de suportá-lo — o que, pelo menos, elimina o que poderia ser considerado um expurgo socialmente injusto.

Antes de saber exatamente como será esse expurgo, fica difícil uma conclusão sobre como se arranjarão perdas e danos. Mas é evidente que haverá perdedores e ganhadores.

A primeira vista, o setor mais vulnerável a uma desindexação, ainda que parcial e moderada, parece o das cadernetas de poupança. Mais uma vez, o depositante fica sabendo que suas aplicações darão prejuízo, ou seja, seu rendimento não será suficiente para cobrir a inflação propriamente dita. E isso poderia apressar os saques.

Os outros títulos amarrados à correção monetária até que proporcionam escapatórias ao aplicador: os Certificados de Depósito Bancário (CDBs), por exemplo, podem elevar suas taxas de juros e dar uma certa compensação pela perda em correção monetária; as próprias ORTN talvez paguem um pouco mais de ágio; e o open market poderá, caso necessário, dar mais taxa, caso o aplicador ameace migrar para outras bandas. Com as cadernetas, isso não é possível porque as taxas de juros são fixas: de 6% ao ano, ou 1,467% no trimestre.

Câmbio

Não deixa de ser surpresa a inclusão da correção cambial entre os índices a serem expurgados, principalmente depois de todo o trauma da maxidesvalorização de fevereiro e de tudo o que se falou a respeito da necessidade de estimular exportações.

Mas, se a correção cambial ficasse de fora, seria inevitável uma verdadeira corrida de capitais para o câmbio negro, para o ouro,

para as ORTN com opção cambial — cujo ativo atinge, hoje, quase dez trilhões de cruzeiros. O governo quer evitar esse desbalançamento vertiginoso, que poderia arruinar mais depressa ainda as cadernetas de poupança.

Entre os prováveis ganhadores estão, pelo menos desta vez, os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, que terão uma correção algo menor na prestação da casa própria; e os inquilinos, cujos alugueis poderão ficar também um pouco mais baixos do que se previa para o próximo reajuste. Será inevitável também uma certa queda no custo financeiro pago pelos tomadores de empréstimos.

A inclusão da correção cambial entre as que sofrerão os cortes talvez obrigue o governo a adotar um expurgo extremamente moderado, cuja eficiência terá, evidentemente, de ser questionada. Porque, afinal, um corte de apenas uns 2 ou 3% nos índices mensais de correção acabará tendo pouco efeito sobre toda a economia, a menos que se perpetue — o que não parece provável, uma vez que isso acabaria exigindo uma nova máxi ou mididesvalorização cambial.

Pelas declarações dramáticas feitas ontem pelo presidente do Banco Nacional da Habitação, pode-se ver que o governo teme o desabamento do Sistema Financeiro da Habitação. E, por isso, talvez também tenha abandonado uma desindexação mais funda e mais eficaz.

Mas, em última análise, o importante é saber se as verdadeiras causas da crise estão sendo atingidas. E a principal causa da crise é o déficit descomunal. Os expurgos apenas contribuirão para que esse déficit cresça menos no futuro, mas não têm poder de eliminá-lo.

O que vai agir mais fundo sobre o déficit é mesmo o corte dos subsídios e, mais que nunca, as decisões que forem tomadas para a redução dos gastos das empresas estatais. É aí que vamos ver se o governo terá realmente força e coragem para atacar o mal pela raiz.